

REGULAMENTO PARA ELEIÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO E DE MEMBRO DO CONSELHO FISCAL DA UNILEVERPREV - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Artigo 1 - O presente Regulamento estabelece procedimentos que regem a eleição, através de voto direto, dos membros para o Conselho Deliberativo e para o Conselho Fiscal, nos termos da legislação em vigor e do Estatuto da **UnileverPrev – Sociedade de Previdência Privada**.

CAPÍTULO II DOS CARGOS DE CONSELHEIROS

Artigo 2 - As vagas para a composição do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da **UnileverPrev**, objeto desta eleição, correspondem aos cargos a seguir relacionados, todos com mandato de três anos de duração, conforme ata de posse.

- I - um conselheiro deliberativo e respectivo suplente;
- II - um conselheiro fiscal e respectivo suplente.

CAPÍTULO III PROCESSO ELEITORAL

Da Eleição

Artigo 3 - Para fins deste Regulamento serão denominados Eleitores, e terão direito a voto, todos os participantes ativos, vinculados, autopatrocinados e assistidos inscritos na **UnileverPrev**.

Artigo 4 - A eleição ocorrerá em turno único, pelo voto direto e secreto dos participantes ativos, vinculados, autopatrocinados e assistidos em gozo de seus direitos estatutários nos termos do Artigo 3, sendo que cada Eleitor poderá votar em um candidato à vaga no Conselho Deliberativo e em um candidato à vaga no Conselho Fiscal.

Artigo 5 - Cada eleitor poderá votar somente uma vez.

Da Comissão Eleitoral

Artigo 6 - Compete à Comissão Eleitoral realizar a eleição de que trata este Regulamento.

Artigo 7 - As Patrocinadoras deverão indicar os membros da Comissão Eleitoral, que será instalada com 3 (três) membros, sendo um deles indicado como Coordenador da Comissão Eleitoral.

Artigo 8 - Compete ao Coordenador da Comissão divulgar aos participantes ativos, vinculados, autopatrocinados e aos assistidos a constituição da Comissão Eleitoral.

Artigo 9 - A Comissão reunir-se-á ordinariamente sempre que necessário, por convocação de seu Coordenador ou por decisão da maioria simples de seus integrantes.

Parágrafo 1º - Suas decisões serão tomadas por maioria de votos, com a presença de, no mínimo, dois membros, sendo que na ausência do Coordenador, este indicará, dentre os demais membros, alguém como seu substituto.

Parágrafo 2º - O Coordenador da Comissão terá, além do seu voto, o voto de desempate.

Parágrafo 3º - Não poderão integrar a Comissão Eleitoral os candidatos, seus cônjuges ou companheiros e parentes até o 2º grau.

Artigo 10 - Compete à Comissão Eleitoral:

I - conduzir a execução e a coordenação geral do processo eleitoral;

II - elaborar e divulgar, aos participantes ativos, vinculados, autopatrocinados e assistidos, comunicados referentes ao processo eleitoral;

III - receber e examinar o requerimento de inscrição de candidatos e documentação pertinente;

IV - em relação aos candidatos que tiverem vínculo empregatício com uma das Patrocinadoras na data da respectiva inscrição, consultar aquela Patrocinadora sobre eventual situação que os incompatibilize com o exercício do cargo para os quais se candidataram;

V - comunicar formal e imediatamente aos candidatos toda e qualquer irregularidade detectada na documentação a que se referem os Artigos 20 e 27 deste Regulamento;

VI - impugnar as inscrições de candidatos;

VII - homologar a inscrição do candidato que tenha atendido todos os requisitos e exigências contidas neste Regulamento;

VIII - comunicar formalmente aos candidatos, conforme o cronograma (Anexo I) , as candidaturas cujas inscrições foram homologadas;

IX - atribuir número de ordem aos candidatos, conforme ordem de chegada das inscrições;

X - informar aos candidatos cujas candidaturas foram homologadas a atribuição de número de ordem;

XI - comunicar aos participantes ativos e assistidos e ao Coordenador da Comissão as candidaturas cujas inscrições foram homologadas e o número atribuído a cada uma;

XII - relacionar-se com as Patrocinadoras no que concerne aos procedimentos operacionais referentes ao processo eleitoral;

XIII - imediatamente após a apuração dos votos, homologar o resultado final da eleição aos concorrentes, divulgar o referido resultado com o nome dos eleitos, bem como o total de votos conferidos a cada candidato, votos nulos, brancos e abstenções;

XIV - submeter imediatamente ao Coordenador da Comissão Eleitoral, para apreciação, as dúvidas suscitadas em relação ao processo eleitoral, com manifestação fundamentada e conclusiva da Comissão Eleitoral, com base no Estatuto da **UnileverPrev** e neste Regulamento;

XV - formar processo único com toda documentação recebida e expedida, relativa ao processo eleitoral, numerada sequencialmente, a ser conservado pela **UnileverPrev**.

Artigo 11 - A Comissão Eleitoral se extinguirá automaticamente com a posse dos eleitos.

Da Convocação da Eleição

Artigo 12 - A eleição será convocada pela Comissão Eleitoral, por intermédio do Edital de Convocação, do envio de comunicação a todos os eleitores e através da divulgação no site www.unileverprev.com.br.

Da Campanha Eleitoral

Artigo 13 - É facultada ao candidato a realização de campanha eleitoral, após a confirmação de sua candidatura.

Artigo 14 - O Candidato é responsável pelas matérias que veicular e arcará com eventuais perdas e danos que causar a terceiros ou à **UnileverPrev**.

Artigo 15 - Durante a campanha, a **UnileverPrev** divulgará, pelo seu site ou por outros meios, as informações relativas ao currículo do candidato e sua proposta de trabalho no Conselho Deliberativo ou Fiscal, de acordo com formatação preestabelecida, vedada a distinção de tratamento entre candidatos.

Parágrafo 1º - A **UnileverPrev** se reserva o direito de não publicar matéria ofensiva à moral, aos bons costumes, à ordem pública ou à imagem de qualquer pessoa física ou jurídica, inclusive às Patrocinadoras e à própria UNILEVERPREV.

Parágrafo 2º - A **UnileverPrev** não incorrerá em custos de campanha dos candidatos, além dos previstos no caput deste artigo.

Dos Fiscais da Apuração

Artigo 16 - Os candidatos poderão, objetivando a garantia do cumprimento dos termos deste Regulamento, sob sua responsabilidade e expensa, fiscalizar os trabalhos da Comissão Eleitoral, durante o processo de apuração dos votos, observando-se que:

I - o candidato poderá indicar, para esse fim, um único representante (Fiscal) seu para o processo de apuração;

II - o representante (Fiscal) do candidato deverá ser, necessariamente, participante da **UnileverPrev**.

Artigo 17 - A indicação do representante (Fiscal), para o fim previsto no artigo anterior, será feita pelo candidato à Comissão Eleitoral até 05 (cinco) dias antes da data das Eleições, observando-se que:

I - compete ao candidato levar ao conhecimento de seu representante (Fiscal) os termos do presente Regulamento, na íntegra;

II - compete ao representante do candidato (Fiscal) conhecer a norma eleitoral.

Artigo 18 - O exercício da fiscalização será pautado no respeito pessoal, na ética e no bom senso.

Artigo 19 - Não será permitido à fiscalização, em hipótese alguma, perturbar a ordem e o andamento normal dos trabalhos da Comissão Eleitoral, devendo ser observado, caso ocorra o descumprimento da determinação contida acima, que:

I - o Fiscal faltoso receberá uma única advertência pelo Coordenador da Comissão Eleitoral no sentido de adequar-se à norma;

II - mantido o comportamento faltoso, o Fiscal será convidado a retirar-se do recinto da apuração, não podendo ser substituído; e

III - dependendo da gravidade da falta cometida, a critério da Comissão Eleitoral, a candidatura representada pelo Fiscal faltoso poderá ser impugnada.

CAPÍTULO III INSCRIÇÃO E CANDIDATURA

Dos Requisitos

Artigo 20 - Poderá participar do processo eleitoral, na condição de candidato titular ou suplente, o participante assistido ou ativo que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser participante assistido ou ativo, sendo que para este último caso, o participante deverá estar contribuindo para um dos planos da **UnileverPrev**, no mínimo, por 3 (três) anos;

II - ter formação universitária;

III - ter, no mínimo, 5 (cinco) anos de vínculo empregatício com, pelo menos, uma das Patrocinadoras;

IV - possuir conduta pessoal e funcional ilibada, reconhecida pela empresa à qual está vinculado.

Parágrafo 1º - Além dos requisitos acima, nos termos da legislação em vigor, os candidatos deverão:

I - ter comprovada experiência no exercício de atividade em uma das seguintes áreas: financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

- a experiência mencionada terá como base o exercício de cargos nas áreas especificadas, compatível com as atribuições e responsabilidades das funções do membro do Conselho Deliberativo ou do Conselho Fiscal e deverá ser comprovada por meio da Declaração (Conselho Deliberativo ou Conselho Fiscal), e Currículo, conforme os modelos anexos.

II - não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;

- a comprovação deverá ocorrer por meio de certidões obtidas junto à Justiça Estadual e Federal. No ato da inscrição poderão ser aceitos protocolos de requisição, devendo o candidato apresentar posteriormente as certidões.

III - não haver sofrido pena administrativa por infração de legislação à seguridade social, inclusive da previdência complementar, ou como servidor público.

- a comprovação deverá ocorrer por meio de Declaração (Conselho Deliberativo ou Conselho Fiscal), conforme os modelos anexos.

IV - na hipótese de figurar como demandante em pleito judicial contra a UnileverPrev ou uma das patrocinadoras, o candidato titular ou suplente deverá dar ciência à Comissão Eleitoral no momento de sua inscrição e, caso o mesmo seja eleito Conselheiro desta Entidade, a circunstância será tida como conflito de interesse para fins de intervenção, deliberação ou solicitação de informações em qualquer ato ou matéria que tiver interesse em virtude da matéria objeto da ação judicial, seja i) por interesse pessoal ou ii) por representação legal da empresa, sindicato ou associação, sendo, no caso do item "ii)", aplicável somente à pessoa que outorgou a procuração *ad iudicia* na ação judicial contra a UnileverPrev ou uma das patrocinadoras.

IV.1 - Na situação descrita no item anterior, o conselheiro eleito poderá ser convidado a se retirar da reunião por qualquer de seus pares, em razão do conflito de interesses instaurado.

V - Dar ciência à Comissão Eleitoral de quaisquer outros fatos que possam caracterizar conflito de interesse ou comprometer sua independência e imparcialidade no exercício da função.

VI - O Presidente, Conselheiro ou Responsável pela organização do órgão competente (Conselho Deliberativo ou Fiscal) atuará como responsável pelo cumprimento destas disposições, sempre que houver possível conflito de interesse.

Parágrafo 2º - No ato da inscrição, cada candidato e respectivo suplente ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal deverá apresentar documentos comprobatórios dos requisitos dos incisos I a IV deste artigo e nos incisos I a III do Parágrafo 1º deste artigo.

Dos Impedimentos

Artigo 21 - Não será aceita inscrição de candidato ou suplente que:

I - não atenda as condições definidas no Artigo 20;

II - tenha exercido cargo na Diretoria Executiva da **UnileverPrev**, e não tenha ainda obtido aprovação de suas contas, quando candidato à vaga no Conselho Deliberativo.

III - tenha exercido cargo na Diretoria Executiva da **UnileverPrev**, e não tenha ainda obtido aprovação de suas contas, quando candidato à vaga no Conselho Fiscal.

IV - guardar, relativamente aos demais concorrentes à vaga de membro do Conselho Deliberativo ou à vaga de membro do Conselho Fiscal, relação conjugal ou decorrente de união estável, de parentesco consanguíneo ou afim até o segundo grau, inclusive.

Artigo 22 - O candidato não poderá se inscrever, simultaneamente, para concorrer à vaga de membro do Conselho Deliberativo e à vaga de membro do Conselho Fiscal.

Da Inscrição

Artigo 23 - Para requererem a inscrição, os candidatos ao cargo de Conselheiros deverão atender às condições de elegibilidade previstas neste Regulamento.

Artigo 24 - Os Requerimentos de Inscrição (Anexo II ou III) deverão ser endereçados à Comissão Eleitoral, assinados pelos candidatos, e entregues ou enviados à sede da **UnileverPrev**, conforme Edital de Convocação divulgado no site www.unileverprev.com.br.

Parágrafo 1º - No respectivo Requerimento de Inscrição, cada candidato deverá indicar, obrigatoriamente, sua condição de candidato concorrente à vaga de efetivo ou de candidato à vaga de suplente em determinada chapa, numerada sequencialmente com base na ordem de inscrição prevista no Artigo 10.

Parágrafo 2º - As inscrições enviadas via Correios, deverão ser na modalidade SEDEX e transmitidas, concomitantemente, imagem do recibo postal, para o e-mail comunicacao.unileverprev@unilever.com.

Artigo 25 - Na hipótese de a inscrição ser efetuada por meio eletrônico, a Comissão Eleitoral deverá cientificar o interessado do recebimento do pedido de inscrição, também por meio eletrônico.

Artigo 26 - O prazo para a inscrição dos candidatos será aquele previsto no Cronograma e divulgado através dos meios previstos no Artigo 12.

Artigo 27 - Deverão ser encaminhados para a **UnileverPrev**, juntamente com o Requerimento de Inscrição e os documentos exigidos no Artigo 20 deste Regulamento, dentro do prazo de inscrição a que se refere o caput do artigo anterior, os seguintes documentos:

I - declaração da situação do candidato, de observância aos pré-requisitos exigidos para concorrer ao pleito, e, ainda, de conhecimento do Regulamento, assinada, com firma reconhecida (Anexo IV) , tanto do concorrente titular como do suplente;

II - currículo sintético de cada candidato, titular ou suplente, nos termos do Anexo V.

Artigo 28 - O candidato titular que não preencher as exigências da legislação, do Estatuto da entidade e deste Regulamento Eleitoral para concorrer ao pleito, terá sua inscrição e a do suplente indeferidas.

Parágrafo único. Caso a inscrição do suplente é que seja a indeferida, o candidato titular poderá substituir o candidato suplente, devendo, para tanto, observar o prazo máximo de 2 (dois) dias.

Da Divulgação dos Inscritos

Artigo 29 - Encerrado o prazo fixado para recebimento dos Requerimentos de Inscrição, a Comissão Eleitoral divulgará, por intermédio do site da **UnileverPrev**, a relação dos candidatos que requereram inscrição para concorrer ao cargo de Conselheiro.

Da Impugnação ou da Desistência de Candidato

Artigo 30 - Será concedido o prazo de 2 (dois) dias, contados da data da divulgação dos nomes dos inscritos, para solicitação, por qualquer eleitor, de impugnação de inscrição, solicitação esta necessariamente motivada e comprovada, além de circunscrita ao cumprimento dos requisitos descritos no Artigo 20 deste Regulamento.

Parágrafo Único - A solicitação de impugnação de inscrição deverá ser remetida à **UnileverPrev**, endereçada à Comissão Eleitoral, e poderá ser feita por participantes ativos e assistidos.

Artigo 31 - Recebida a solicitação de impugnação, dentro do prazo previsto no Artigo 30, a Comissão Eleitoral a enviará ao candidato impugnado, que terá o prazo de 2 (dois) dias, contados a partir da data de recebimento da notificação, para apresentar recurso, remetendo a documentação à **UnileverPrev**, endereçada à Comissão Eleitoral.

Artigo 32 - A Comissão Eleitoral decidirá, em instância única e definitiva, sobre o mérito do recurso contra a impugnação, elaborando a lista final com os nomes dos candidatos e respectivos suplentes inscritos, divulgando-a pelo site da **UnileverPrev**.

CAPÍTULO IV VOTAÇÃO

Do Início da Votação

Artigo 33 - A votação será iniciada no dia previsto no Cronograma.

Da Votação via Internet

Artigo 34 - As instruções para a votação pela Internet serão divulgadas no site www.unileverprev.com.br.

Artigo 35 - A votação via Internet dar-se-á por intermédio de sistema próprio ou contratado, sem possibilidade de identificação do voto.

Artigo 36 - O eleitor fará a votação via Internet e deverá fazê-lo através do seu acesso individual de participante no site www.unileverprev.com.br.

Artigo 37 - O eleitor somente poderá votar uma única vez pela Internet.

Artigo 38 - Na data prevista no Cronograma para o encerramento da eleição, a Comissão Eleitoral dará por concluída a fase de votação, retirando do ar o módulo de votação do site www.unileverprev.com.br.

CAPÍTULO V APURAÇÃO DOS VOTOS

Da Apuração dos Votos recebidos pela Internet

Artigo 39 - A apuração dos votos recebidos pela Internet será feita pelo próprio sistema computacional.

Artigo 40 - Após o encerramento da votação eletrônica, o sistema gerará uma listagem que conterá apenas os nomes e as matrículas dos eleitores que votaram por este meio.

CAPÍTULO VI DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

Artigo 41 - Após a totalização dos votos por correspondência, registrada no mapa dos resultados finais “caso ocorra”, será realizado a soma destes totais com os totais dos votos via Internet, apurando-se o resultado final da eleição.

Artigo 42 - Serão considerados eleitos, para ocupação de uma vaga do Conselho Deliberativo e de uma vaga do Conselho Fiscal, os dois candidatos que obtiverem maior número de votos, para cada vaga.

Parágrafo Único - Estarão automaticamente eleitos como suplentes no respectivo Conselho, os candidatos que compuserem as chapas vencedoras, inscritos para exercerem a função de suplente.

Artigo 43 - Havendo empate nas eleições ora em tela, os critérios para desempate serão, pela ordem:

I - maior tempo, contado em dias, de inscrição em plano administrado pela **UnileverPrev**;

II - tempo de efetivo exercício em uma das Patrocinadoras;

III - sorteio.

Artigo 44 - A Comissão Eleitoral, com base no resultado da apuração, elaborará o relatório final das eleições, com o total de votos válidos e abstenções, além do nome dos eleitos, encaminhando-o ao Coordenador da Comissão Eleitoral e aos candidatos, no primeiro dia útil imediatamente seguinte ao do término da apuração dos votos.

Artigo 45 - A **UnileverPrev** conservará a documentação referente à presente eleição aos participantes e assistidos pelo prazo de 02 (dois) anos contados a partir da data da homologação de seu resultado final.

Artigo 46 - Após a apuração final dos votos, e na data prevista no Cronograma, a **UnileverPrev** divulgará aos participantes e às Patrocinadoras o relatório final do resultado da presente consulta.

Parágrafo Único - A **UnileverPrev** manterá disponível para consulta, por 30 (trinta) dias contados a partir da divulgação do resultado da apuração dos votos, o relatório final da votação.

Artigo 47 - Na hipótese de não ser preenchida alguma das vagas dos Conselhos de que trata o presente Regulamento, caberá às Patrocinadoras, a indicação do respectivo membro, até que sejam processadas novas eleições.

Artigo 48 - Os recursos, os casos omissos, as dúvidas e as reclamações que permanecerem sem solução ou cuja decisão comprometer a lisura do processo eleitoral, serão dirimidos pelo Coordenador da Comissão Eleitoral, em grau superior, que terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para apreciar, decidir e encaminhar comunicado ao interessado.

Artigo 49 - Ficam aprovados e passam a integrar o presente Regulamento, os documentos e formulários a seguir discriminados:

Anexo I - Cronograma Eleitoral

Anexo II - Requerimento de Inscrição para Conselho Deliberativo

Anexo III - Requerimento de Inscrição para Conselho Fiscal

Anexo IV - Declaração da Situação do Candidato.

Anexo V - Currículo do Candidato

São Paulo, 02 de julho de 2018

ANEXO I

CRONOGRAMA ELEITORAL

EVENTO	DATA / PERÍODO
Presidente do Conselho Fiscal - Convida a Comissão Eleitoral	19/09/2018
Aprovação dos Membros e Constituição da Comissão Eleitoral	Até 22/09/2018
Comunicação da Eleição - publicação do Edital/site inicial	08/10/2018
Período de Inscrição de candidaturas	De 15 à 26/10/2018
Período de validação das candidaturas (impugnação e análises pelo Comitê Eleitoral da UnileverPrev)	De 29/10 à 02/11/2018
Publicação dos currículos no site e meios de comunicação	05/11/2018
Período de votação (Internet através do site da UnileverPrev)	De 07 à 23/11/2018
Apuração dos votos	De 26 à 30/11/2018
Divulgação dos resultados no site	Até o dia 10/12/2018
Posse dos Conselheiros e Suplentes Eleitos	11/01/2019

Requerimento de Inscrição

12

ANEXO III

Requerimento de Inscrição

UnileverPrev		REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO - ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL	
CHAPA		<input type="checkbox"/> TITULAR <input type="checkbox"/> SUPLENTE	
PARTICIPANTE		MATRÍCULA	
<input type="checkbox"/> ASSISTIDO <input type="checkbox"/> ATIVO	DEPARTAMENTO	ÁREA / LOCAL	
TELEFONE	RAMAL	NASCIMENTO	ADMISSÃO
RG CIVIL	CPF	E-MAIL EMPRESA	
RESIDÊNCIA		NÚMERO	
COMPLEMENTO	BAIRRO	CIDADE / UF	CEP
TELEFONE	CELULAR	E-MAIL PARTICULAR	
"NOME DE GUERRA"		AUTORIZO A DIVULGAÇÃO DA FOTO ANEXIA (3x4 OU 5x7) <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
<p>Em cumprimento à Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001 e ao disposto no Estatuto da UNILEVERPREV - Sociedade de Previdência Privada, os membros do Conselho Fiscal deverão ter comprovada experiência no exercício de atividade em uma das seguintes áreas: financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria. Assim sendo, favor relacionar a seguir a sua experiência em uma dessas áreas, bem como a empresa e o período que exerceu a atividade.</p>			
<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>			
CANDIDATO		COMISSÃO ELEITORAL	
<div> <div>____/____/____</div> <div>DATA</div> <div>ASSINATURA</div> </div>		<div> <div>____/____/____</div> <div>DATA</div> <div>CARIMBO / ASSINATURA</div> </div>	

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DO CANDIDATO

Eu, _____, declaro ter pleno conhecimento da legislação e estar ciente dos pré-requisitos e dos critérios de elegibilidade para concorrer a uma vaga no Conselho _____ da **UnileverPrev – Sociedade de Previdência Privada**.

Declaro também, estar ciente da minha responsabilidade quanto a solicitação contida neste documento, bem como declaro que estou de acordo com a divulgação da minha experiência profissional aos Participantes da **UnileverPrev**, eleitores deste pleito.

_____, ____ de _____ de 2018.
(local)

Nome e Assinatura do Candidato

“Na forma do artigo 20, parágrafo 1º item II do regulamento é obrigatório anexar Certidão de Antecedentes Criminais”

ANEXO V

CURRÍCULO DO CANDIDATO

Nome completo:

Nome pelo qual é mais conhecido (a):

Informo, no quadro abaixo, os dados curriculares que gostaria que fossem divulgados aos eleitores, a saber:

--

Declaro, sob as penas da lei, que as informações acima referidas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.

_____, ____ de _____ de 2018.
(local)

Nome e Assinatura do Candidato

Importante: Favor enviar uma foto digital (tamanho 3x4) para divulgação com as informações.